

**Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Mato Grosso
Cáceres - Mato Grosso - Brasil**

Revista da Faculdade de Educação. Vol.37 - N.01 (JAN /JUL) / 2022
ISSN: 2178-7476



A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA NO CURRÍCULO DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

THE IMPLEMENTATION OF THE TEACHING OF EDUCATION FOR ETHNIC-RACIAL RELATIONS, AFRO-BRAZILIAN, AFRICAN AND INDIGENOUS HISTORY AND CULTURE IN THE CURRICULUM OF THE INTERNATIONAL RELATIONS COURSE AT BRAZILIAN PUBLIC UNIVERSITIES

Bruno de Alcântara Conde da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
<https://orcid.org/0000-0002-6867-2415>

RESUMO: O presente estudo tem por finalidade fazer um mapeamento da situação atual dos cursos de Relações Internacionais nas Universidade Públicas brasileiras quanto a implementação do ensino da Educação para as Relações Étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira, africana e indígena em seus respectivos currículos. Para isso, essa pesquisa consistiu na análise qualitativa dos Projetos Políticos Pedagógicos e currículos dos 28 cursos de Relações Internacionais existentes atualmente nas universidades federais, estaduais e municipais públicas do Brasil, a fim de se traçar a situação nacional dos cursos de RI e melhor se compreender o nível de adesão dos mesmos aos parâmetros e diretrizes curriculares nacionais. O enfoque da análise consistiu em localizar nos Projetos Político Pedagógico desses cursos ações concretas que vão em encontro com as diretrizes curriculares nacionais, tais como a inclusão de disciplinas, bibliografias e demais atividades curriculares.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Relações Étnico-raciais; Relações Internacionais; Projetos Político Pedagógico; Universidades Públicas.

ABSTRACT: This study aims to map the current situation of International Relations courses in Brazilian Public Universities regarding the implementation of the teaching of Education for Ethnic-Racial Relations, Afro-Brazilian, African and Indigenous history and culture in their respective curriculum. For this, this research consisted of the qualitative analysis of the Political Pedagogical Projects and curriculum of the 28 International Relations courses currently existing in federal, state and municipal public universities in Brazil, in order to trace the national situation of IR courses and better understand their level of adherence to national curriculum parameters and guidelines. The focus of the analysis was to locate in the Political Pedagogical Projects of these courses concrete actions that meet the national curricular guidelines, such as the inclusion of subjects, bibliographies and other curricular activities.

KEYWORDS: Education; Ethnic-Racial Relations; International Relations; Political Pedagogical Projects; Public Universities.

Introdução

Durante toda a história nacional os indivíduos de descendência afro-brasileira sofrem marginalização e exclusão em várias searas da sociedade brasileira. Essa marginalização é motivada devido

a uma antiga estrutura de discriminação racial que está entranhada e enraizada historicamente nos costumes, na cultura e nas instituições do Brasil. Neste ponto é importante pontuar a definição de algumas concepções que fazem parte do repertório conceitual dos estudos raciais. Existe uma extensa literatura que forjou tais conceitos dentro das ciências sociais, tais como Gonzales (1988), Munanga (1996), Pereira (2013) e Nascimento (1980 e 2016). Tendo como base referencial essas obras, segundo Gomes (2011), entende-se relações étnico-raciais como “relações imersas na alteridade e construídas historicamente nos contextos de poder e das hierarquias raciais brasileiras, nos quais a raça opera como forma de classificação social, demarcação de diferenças e interpretação política e identitária”. Com isso, a partir dessas relações construídas em processos históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais, no contexto brasileiro, os indivíduos seriam hierarquizados socialmente e discriminados racialmente de acordo com suas características fenotípicas, dando origem ao fenômeno do racismo. (GOMES, 2011).

Essa exclusão é sistemática em todos os âmbitos da sociedade, na área da educação, por exemplo, foi institucionalizada por meio de legislações desde os tempos imperiais, como o Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854 que “estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos” e também com o Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878 que “estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno”, estratégias das quais foram essenciais para impedir o acesso dessa parcela da população à educação formal (MEC, 2004).

Apenas com a promulgação da Constituição de 1988 que o Estado brasileiro busca efetivamente formular políticas públicas de promoção da igualdade racial, a fim de reparar a histórica discriminação racial que o próprio Estado brasileiro perpetuava aos seus habitantes racializados (negros e indígenas). Considerando que a educação é um dos principais meios de mudança social e consolidadores de princípios democráticos, cidadãos e de respeito aos direitos humanos e a diferença, e observando os dados que apontam a discrepância nas diferenças educacionais entre brancos e negro no Brasil urgia a necessidade de políticas públicas específicas que revertissem esse injusto quadro (MEC, 2004).

Vale ressaltar que a concretização dessa pauta na Constituição Federal se dá em grande medida graças aos esforços e reivindicações de vários setores do movimento negro dentro da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1987-1988. O movimento negro organizado compilou parte de seus anseios de participação no processo constituinte por meio de um manifesto redigido como resultado de esforços do Movimento Negro Unificado (MNU) que organizou a Convenção Nacional do Negro (CNN) em 1986, que estava ligada a diversos encontros regionais realizados até então, tendo como principal objetivo a mobilização nacional da causa, a fim de reunir reivindicações que posteriormente seriam levados à ANC (GOMES e RODRIGUES, 2018).

De modo substantivo, no que envolve as conquistas referente às questões raciais dentro da Constituição o Movimento Negro, de uma forma geral, ambicionava três principais pontos, sendo realista e considerando a viabilidade de suas pretensões. Primeiramente, assegurar o reconhecimento às comunidades negras remanescentes de quilombolas, e tal qual os povos indígenas, o direito sobre as terras que tradicionalmente ocupam, juntamente com o título de propriedade definitiva de suas terras. Em segundo lugar, a criminalização do racismo, do preconceito baseado na raça ou de qualquer discriminação étnico-racial que atente contra os direitos humanos, o tornando assim crime inafiançável e imprescritível. E por último, uma reforma no sistema educacional que incluísse a obrigatoriedade do ensino de história e cultura das populações afro-brasileira e africana, tendo como objetivo o combate ao racismo sistêmico e consequentemente garantir medidas de acesso e permanência de indivíduos negros no sistema escolar, sobretudo no acesso ao Ensino Superior (GOMES e RODRIGUES, 2018).

A avaliação final do processo de participação do Movimento Negro na ANC, considera que a maioria das demandas que tinham um foco mais específico para a população negra perdeu justamente essa sua especificidade. Contudo, a presença destas questões na Constituição abriu precedência e espaço na legislação que possibilitaria que os movimentos sociais desenvolvessem em cima dessa base outras leis posteriormente. Um exemplo disto é o caso da educação, que inicialmente não

previa a valorização da cultura negra e indígena no âmbito educacional, mas sim de todos os povos, situação que se modificou anos depois com a inclusão da obrigatoriedade do ensino de história e cultura das populações afro-brasileira e africana na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (SANTOS, 2015 e PAIXÃO, 2019).

Nesse sentido, em março de 2003 o governo federal sanciona a Lei 10.639/2003 que faz alterações na LDB e estabelece as Diretrizes Curriculares para a promoção e implementação do ensino da Educação para as Relações Étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, que se torna obrigatório na educação básica em instituição pública e privada. No mesmo ano ainda foi criado a SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), órgão do Poder Executivo que instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial recolocando institucionalmente a questão racial na agenda política nacional. De forma complementar a esses esforços, em 2008 foi promulgado a Lei 11.645/2008 que nas mesmas dimensões torna obrigatório o ensino da história e cultura dos povos indígenas (MEC, 2004).

A partir disto, o objetivo do presente estudo é analisar o Projeto Político Pedagógico dos cursos (PPP ou também denominados PPC) de Relações Internacionais (RI) das universidades federais, estaduais e municipais públicas do Brasil, com ênfase nos currículos a fim de se mapear o nível de adesão dos mesmos aos parâmetros e diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Considerando ainda que as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 abrangem não apenas a educação básica, mas também integram a matriz curricular de todos os níveis da educação, inclusive o Ensino Superior. Com isso, se definiu que a amostragem dessa análise incluiria 28 cursos de RI das instituições de ensino superior pública do país, abrangendo assim: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade do Estado do Pará (UEPA), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal de Tocantins (UFT), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) consiste em um “instrumento balizador para a atuação de instituições de ensino que expressa as suas práticas pedagógicas, ou seja, é um documento que registra quais as propostas educacionais de uma determinada instituição de ensino em relação aos seus objetivos, abordando desde os aspectos administrativos até a sua grade curricular. (BRASIL, 2020). O marco legal dos PPPs tem origem na LDB, estabelecido através da Lei nº 9394/96, onde foi instituída sua obrigatoriedade, como especificada em seu artigo 12, inciso I:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - Elaborar e executar sua proposta pedagógica; (BRASIL, 1996).

Dito isso, o que se procurou localizar nos PPPs desses cursos foram ações concretas que vão em encontro com as diretrizes curriculares nacionais, tais como a inclusão de disciplinas, bibliografias e demais atividades curriculares. Vale ressaltar que buscou-se analisar ações com enfoque exclusivo nas relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, não se considerando as ações abordadas e inseridas nos currículos de forma transversal, já que isso iria abranger praticamente todo o currículo dos cursos. É a se considerar que os PPPs dos cursos em questão estão em

diferentes níveis de atualização, portanto, podem não corresponder à realidade atual dos cursos, por isso para além dos PPPs, foram considerados os currículos e ementas disponíveis nos sites dos respectivos departamentos e institutos de Relações Internacionais e áreas afins das universidades.

Análise do Projeto Político Pedagógico e Ementas dos Cursos de RI

Os cursos de bacharelado em RI nas universidades brasileiras, de modo geral, seguem rigorosamente os critérios estipulados pela diretriz nº 4 Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (Resolução CNE/CES 4/2017) as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Relações Internacionais, que são as normativas para a organização dos componentes curriculares do curso. A partir disto, incorporando as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 essa resolução também institui no parágrafo 1º inciso XI como elemento estrutural do currículo os seguintes preceitos:

XI - Formas de garantir a integração dos conteúdos das Diretrizes Nacionais sobre Políticas de Educação ambiental, Educação em Direitos Humanos, Educação das Relações Étnico Raciais, Histórias e Culturas Afro-Brasileira, Africana e Indígena e demais requisitos legais e normativos às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente (MEC, 2017).

Estes preceitos estão presentes na grande maioria dos PPPs que se encontravam devidamente atualizados após 2017, bem como a criação de disciplinas específicas com essas temáticas, considerando que em muitas disciplinas essas questões são tratadas de forma transversal, ou mais diretamente. Um exemplo recorrente dessa transversalidade foi observado em matérias sobre as relações internacionais, política, história e cultura da América Latina, que de forma menos específica tratam de questões raciais/relações raciais, cultura e história dos afro-americanos e dos povos nativos indígenas.

Já as disciplinas específicas dessa temática (ver quadro 1) estão presentes na maioria das graduações analisadas, predominantemente como disciplinas optativas¹, podendo ser subdivididas em dois tipos: aquelas voltadas ao estudo do continente africano e da Amazônia por uma perspectiva mais tradicional dentro dos estudos das Relações Internacionais, que seriam por um viés de política externa, econômico e secretário, principalmente na área de concentração de Defesa e Estudos Estratégicos (ver quadro 2). Outro tipo de disciplina específica são as voltadas ao estudo das relações étnico-raciais e culturas afro-brasileira, africana e indígena, em comparação com a anterior, foram mapeados um número bem reduzido desse tipo, e são justamente elas que serão o objeto de análise desta pesquisa.

Quadro 1: Graduação em RI nas Universidades Federais Brasileiras

Graduação em RI nas Universidades Federais Brasileiras			
Instituição Federal	Unidade da Federação	Disciplinas sobre África	Disciplinas sobre Raça
UnB	Distrito Federal	1	1
UFG	Goiás	1	1
UFGD	Mato Grosso do Sul	1	1
UFPB	Paraíba	1	0
UEPB		2	0
UFS	Sergipe	2	0

¹ Normalmente o currículo categoriza as disciplinas em: obrigatórias, optativas ou módulos livres.

UNILAB	Bahia	14	6
UNIFAP	Amapá	0	0
UEPA	Pará	0	0
UFRR	Roraima	0	0
UFT	Tocantins	0	2
UFRGS	Rio Grande do Sul	1	0
UFPEL		0	0
UFSM		1	0
FURG		1	0
UNIPAMPA		3	0
UFSC	Santa Catarina	3	1
UNILA	Paraná	1	0
UERJ	Rio de Janeiro	0	0
UFRJ		1	0
UFF		2	0
UFRRJ		0	0
USP	São Paulo	0	0
UNESP		0	0
UNIFESP		0	0
UFABC		1	0
UFU	Minas Gerais	1	0
UFMG*		0	0

* Na Universidade Federal de Minas Gerais o curso de RI corresponde à Relações Econômicas Internacionais.

Quadro 2: Disciplinas sobre África e Raça nos cursos de RI

Disciplinas sobre África e Raça nos cursos de RI	
Instituição Federal	Disciplinas
UnB	Relações Internacionais da África
	Raça, Diáspora Africana e RI
UFG	História da África Contemporânea
	Cultura, Poder e Relações Raciais

UFGD	História da África Subsaariana
	Povos Indígenas em Perspectiva Transdisciplinar
UFPB	Estudos Regionais: África
UEPB	Estudos Regionais 1 e 2
UFS	Relações Internacionais da África e da Ásia
	Processos de Integração na África e Ásia
UNILAB	Política Externa Africana Contemporânea
	Política de Cooperação e Integração Internacional: Brasil-África
	Análise dos conflitos, guerras e processos de integração regional na África
	Gênero, Relações Internacionais e Desenvolvimento Africano
	Pan Africanismo e Política Internacional
	Tópicos avançados em Estudos Africanos e Relações Internacionais I
	Tópicos avançados em Estudos Africanos e Relações Internacionais II
	Tópicos Especiais em Cooperação Brasil-África na Área de Administração pública
	Tópicos Especiais em Cooperação Brasil-África na Área de Saúde
	Tópicos Especiais em Cooperação Brasil-África na Área de Agronomia e produção de alimentos
	Tópicos Especiais em Cooperação Brasil-África na Área de Cultura, Educação e Desenvolvimento
	Tópicos Especiais em Cooperação Brasil-África na Área de Energia, Tecnologia e desenvolvimento sustentável
	Tópicos Especiais em Cooperação Brasil-África na Área de Economia e Comércio internacional
	Tópicos avançados sobre Trajetórias internacionais do continente africano
	Política de Gênero, Raça e Relações Internacionais
	Imigração, Raça, Etnicidade e Relações Internacionais
	Tópicos Avançados em Políticas Raciais Comparadas
	Sociedades, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos
Educação, Sociedade e Cultura na perspectiva da descolonização do saber	
Pan Africanismo e Política Internacional	

UFT	História e Cultura Afro-Brasileira
	História e Cultura Indígena
UFRGS	Relações Internacionais da África e do Oriente Médio
UFSM	Relações Internacionais da África
FURG	Relações Internacionais da África
UNIPAMPA	Relações Internacionais da África
	História da África no Brasil
	Seminário de relações internacionais da África
UFSC	África e as Relações Internacionais
	História da África
	Laboratório de Ensino de História da África
	Raça e Relações Internacionais
UNILA	Análise dos conflitos, guerras e processos de integração regional na África
UFRJ	Emerg dos Países Afro-asiáticos
UFF	A África nas Relações Internacionais e Estudos Estratégicos
	África ao Sul do Saara: Periferia descartável?
UFABC	Trajetória Internacional do Continente Africano
UFU	Relações Internacionais da África

■ Disciplinas sobre Raça. ■ Disciplinas sobre África.

Foram mapeadas apenas doze matérias com enfoque no estudo das relações étnico-raciais e culturas afro-brasileira, africana e indígena em apenas seis universidades, considerando todos os cursos de graduação em RI nas universidades públicas brasileiras, sendo elas a UnB, UFG, UFGD, UFT, UNILAB e UFSC. Considerando o caso excepcional da UNILAB, muito acima da média nacional, tendo ao todo 20 disciplinas nesse eixo, sendo 14 com enfoque exclusivo sobre o continente africano e 6 sobre relações étnico-raciais e assuntos correlatos.

Observa-se um certo alinhamento curricular nas universidades localizadas nas regiões amazônica e pantaneira (UNIFAP, UEPA, UFRR, UFT e UFGD) que tem uma perspectiva mais voltada para questões ambientais, fronteiriças e estudos amazônicos característicos de suas realidades. A partir disto, localizou-se que nos currículos da UFGD e UFT disciplinas específicas focadas nas relações étnico-raciais, história e cultura dos povos indígenas, intituladas respectivamente como “Povos Indígenas em Perspectiva Transdisciplinar” da UFGD e “História e Cultura Indígena” na UFT, considerando que nas outras universidades essa temática foi tratada transversalmente durante o decorrer dos períodos.

As disciplinas ofertadas pelos cursos de RI da UnB (Raça e Relações Internacionais), UFG (Cultura, Poder e Relações Raciais) e UFSC (Raça e Relações Internacionais) têm abordagens parecidas e bibliografias em comum, bebendo da mesma fonte do ponto de vista epistemológico e metodo-

lógico, tendo uma perspectiva mais voltada a teoria crítica racial, dando enfoque a questões como a construção da identidade negra, a diáspora africana e a luta internacional anti racista. Uma obra em comum referência nos estudos contemporâneos de raça, por exemplo, presente em ambas as bibliografias é o livro “Race and Racism in International Relations” (2017), organizado pelos pesquisadores Alexander Anievas, Nivi Manchada e Robbie Shilliam.

Em contrapartida, temos os exemplos negativos, os cursos de RI que não tem sequer uma matéria focada nas Relações Internacionais da África, o que dirá uma matéria específica sobre relações raciais, dentro da amostragem os cursos com essas ausências são os da UNIFAP, UEPA, UFRR, UFPEL, UERJ, UFRRJ, USP, UNESP, UNIFESP. Vale ressaltar que os PPP dos cursos analisados não apresentavam em seus currículos disciplinas relacionadas ao continente africano ou qualquer menção aos parâmetros da Lei 10.639/2003. Isso pode ser interpretado de duas formas: que os PPP encontram-se desatualizados e que a realidade dos cursos encontram-se mais avançados nesses quesitos do que registrado nesses documentos ou que de fato os currículos carecem de reforma e atualização teórico-pedagógica.

O Caso da UNILAB

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) foi concebida a partir da Lei nº 12.289, em 20 de julho de 2010 que estabeleceu essa instituição de ensino baseada na “atuação pela cooperação internacional, pelo intercâmbio acadêmico e solidário com países membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, pela composição de corpo docente e discente proveniente do Brasil e de outros países, bem como pelo estabelecimento e execução de convênios temporários ou permanentes com outras instituições da CPLP” (BRASIL, 2010, p.11).

A UNILAB possui duas instalações, a principal na cidade de Redenção, no Ceará, marco nacional por seu pioneirismo na libertação de escravos, e um segundo, O Campus dos Malês onde o curso de RI é ministrado, na cidade de São Francisco do Conde, no Recôncavo Baiano, região majoritariamente negra. Ambas foram criadas no contexto de intenso debate nacional sobre a busca de caminhos para o desenvolvimento da população negra, da sua inclusão social pela implementação de políticas de ações afirmativas e de cotas, elementos estruturantes de sua filosofia institucional (UNILAB, 2017).

A partir disto, o curso de RI foi projetado vinculando-se estreitamente à agenda política da instituição para possibilitar a produção de conhecimentos e políticas tendo como base a ideia de cooperação solidária Sul-Sul e integração entre o Brasil e os países da CPLP, primordialmente os africanos e dialogam permanentemente com os estudos africanos, das relações étnico-raciais e de gênero na produção de conhecimentos e políticas públicas. Como consta no PPP do Bacharelado em Relações Internacionais da UNILAB/Campus dos Malês essa graduação:

apresenta uma grande especificidade em relação aos demais cursos de Relações Internacionais, justamente por se inserir em um projeto universitário totalmente novo, que privilegia a interdisciplinaridade, a integração, a internacionalização, a inserção social e regional do conhecimento e novas práticas tecnológicas, de gestão pública e de realização da cooperação internacional pautada na solidariedade; (p.16). [...] seus princípios curriculares baseiam-se em pressupostos metodológicos e epistemológicos fundamentados nas Epistemologias do Sul global, na interdisciplinaridade e no diálogo visceral com os Estudos Africanos, os Estudos das relações étnico-raciais e Estudos de gênero e sexualidade, levando-se em conta a missão na instituição em que está inserida (UNILAB, 2017, p. 36).

Baseado nesses princípios norteadores foi criado um curso de RI sem precedentes no Brasil, com um currículo que contempla de forma brilhante o estudo das relações étnico-raciais e culturas afro-brasileira e africana, muito acima da média nacional tendo em seus currículos ao todo 20 disciplinas específicas nesse eixo, sendo 14 com enfoque exclusivo sobre as Relações Internacionais da

África e 6 sobre relações étnico-raciais e assuntos correlatos (ver anexo A), sem contar que essas questões ainda são tratadas de forma transversal nas demais disciplinas que compõem o currículo.

Abrangendo uma gama imensa de temáticas dentro dos estudos das relações raciais como gênero, migrações, direitos humanos, descolonização, pertence a UNILAB o currículo mais completo dentre as universidades analisadas, no que diz respeito aos estudos africanos e de raça, sendo um modelo e referência às demais universidades do país. Dentre as disciplinas que contemplam a proposta da análise destaque as seguintes: “Política de Gênero, Raça e Relações Internacionais; Imigração, Raça, Etnicidade e Relações Internacionais; Tópicos Avançados em Políticas Raciais Comparadas; Sociedades, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos; Educação, Sociedade e Cultura na perspectiva da descolonização do saber e Pan Africanismo e Política Internacional.

Considerações Finais

O cenário nacional das graduações em bacharelado em Relações Internacionais é bastante diversificado regionalmente, em que os cursos das Universidades Públicas estão gradativamente se atualizando e reformando seus currículos de acordo com as demandas que a realidade brasileira apresenta. Do ponto de vista institucional já existem todos os marcos legais que embasam as diretrizes do curso bem como os complementos jurídicos para a implementação do ensino da Educação para as Relações Étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Portanto, podemos considerar que a ação de colocar em prática o conjunto de orientações já disponíveis e amplamente incentivado pelo Ministério da educação é de inteira responsabilidade das instituições de ensino, cabendo a atual realidade apenas a vontade política das mesmas instituições para enfim as pôr em prática.

Outra observação pertinente é que embora os cursos estão avançando progressivamente se têm um alto grau de heterogeneidade entre eles quanto ao seu nível de avanço ou estagnação. Destacando-se como exemplo positivo a UNILAB, UnB, UFG, UFT, UFGD e UFSC, e suas respectivas coordenações mostrando-se atentas às demandas sociais da atualidade acadêmica. Muito embora os casos positivos ainda sejam minoria no quadro nacional, se tem uma perspectiva otimista considerando que em outras áreas das ciências humanas os avanços são mais significativos como nas ciências sociais, antropologia e ciências política, se pode ter uma prospecção que em um futuro próximo será inevitável esse movimento de revisão, sendo uma tendência em todo corpo universitário brasileiro.

ANEXO A: Ementas das Disciplinas sobre Relações Étnico-Raciais

Universidade de Brasília (UnB)

Disciplina: Raça, Diáspora Africana e RI

Ementa: Raça e racismo a partir de uma perspectiva internacional tem por foco a maneira como raça se configura internacionalmente no mundo moderno, tendo em vista o contexto global e o latino-americano e caribenho, no que se refere a questões como a linha de cor, o pan africanismo, o colonialismo, o imperialismo e a globalização. A Diáspora africana apresentará algumas das abordagens principais sobre o tema, com destaque para a atuação de mulheres na “prática” da diáspora. Combate ao racismo no sistema internacional, serão explorados três instâncias internacionais em que a luta antirracista tem sido travada: o direito internacional, as políticas internacionais contra a discriminação racial e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Bibliografia Obrigatória:

- ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie (Ed.). Race and Racism in International Relations. Londres, 2017.
- BARBOSA, Muryatan S. Pan-africanismo e relações internacionais: uma herança (quase) esquecida. Carta Internacional, v. 11, n. 1, 2016.
- APPIAH, Kwame Anthony. The problem of the color-line: race in the modern world. Foreign Affairs, 2015.
- CABRAL, Amílcar. Libertação nacional e cultura. Conferência realizada em 1970.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento da negritude: um breve histórico. África, n. 24-26, 2009.
- ANDREWS, George Reid. Uma transfusão de sangue melhor”: o branqueamento, 1880-1930. In: América Afro-Latina, 1800-2000. São Carlos: EdUfSCar
- GONZÁLEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. Por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GILROY, Paul. O Atlântico Negro como contracultura da modernidade. In: O Atlântico negro - Modernidade e Dupla Consciência. Rio de Janeiro: Editora 34/UCAM — Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.
- BUTLER, Kim D. Defining Diaspora, Refining a Discourse. Diaspora: A Journal of. Transnational Studies, v. 10, n. 2, 2001.
- SOUZA, Nathália Lúcia Mendes. Racializando o Direito Internacional: Considerações sobre o Tribunal Penal Internacional à luz da Teoria Crítica Racial. Monografia, IREL/Unb, Brasília, 2018.
- GOES, Fernanda Lira, SILVA, Tatiana Dias. Regime internacional de combate ao racismo e à discriminação racial. Texto para Discussão Ipea n. 1882. 2013.

Bibliografia Complementar:

- ORTIZ, José Caicedo. La diáspora africana como acontecimiento histórico.
- DU BOIS, W.E.B. As almas do povo negro. I. Sobre os nossos embates espirituais e IX. Sobre os filhos do senhor e do homem.
- NASCIMENTO, Abdias. O Quilombismo. Documentos de uma militância pan-africanista. Documento nº 7: Quilombismo: um conceito científico emergente do processo histórico-cultural das massas afro-brasileiras.
- SILVA, Karine de Souza. Entre Esperanças e Desenganos: a declaração universal dos direitos humanos, a Organização das Nações Unidas e a luta internacional contra o racismo.
- WAPMUK, Sharkdam; AKINKWOTU, Oluwatooni. As Dinâmicas da África nas Relações Mundiais: Do Afro-Pessimismo para o Afro-Otimismo?

Universidade Federal do Goiás (UFG)

Disciplina: Cultura, Poder e Relações Raciais

Ementa: Representações sobre o negro no Brasil; diversidade étnica e identidade; a diáspora africana; movimentos sociais negros.

Bibliografia Obrigatória:

- CARVALHO, J.J. Inclusão étnica e racial no Brasil. São Paulo Attar. 2005.
- FANON, Frantz. Peles negras, máscaras brancas. Bahia: EDUFBA, 2008.
- FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1972.

Bibliografia Complementar:

- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. Brancos e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Global, 2008.
- CARNEIRO, E. Antologia do negro brasileiro. Rio de Janeiro. Ediouro. 1987.
- MUNANGA, K. ; GOMES, N. L. Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos. São Paulo: Global: Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação. 2004.
- NOGUEIRA, Oracy. Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais, T.A. Queiroz, São Paulo. 1985.
- SCHWARCS, L. Questão racial e etnicidade. O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), vol. 1, Antropologia. Editora Sumaré, 1999 (267-325).
- SCHWARCZ, L e QUEIROZ, Renato da Silva. Raça e diversidade. SP: EDUSP, 1996.
- THOMAZ, O. R. Democracia por entre classes e raças. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 53. 2003 (170-172).

Universidade Federal de Tocantins (UFT)

Disciplina: História e Cultura Afro Brasileira

Ementa: Origens africanas da cultura brasileira. Questão Racial: Africanidade e Democracia. História e Cultura Negra no Brasil. Democracia Racial. Cidadania e Identidade Racial. Novas Perspectivas Políticas e Culturais Afro-Brasileiras.

Bibliografia Obrigatória:

MATTOS, Rejane Augusto de. História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, 2007.
MUNANGA, Kabengele & GOMES, Nilma Lino. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global, 2006.
SARAIVA, José Flávio Sombra. Formação da África contemporânea. São Paulo: Atual, 1987.

Bibliografia Complementar:

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. (Orgs.) Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.
ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. Quilombolas: tradições e cultura de resistência. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.
MARTINEZ, Paulo. África e Brasil: uma ponte sobre o Atlântico. São Paulo: Moderna, 1992. SANTOS, Pe. Anízio Ferreira dos (Org.). Eu, Negro. Discriminação racial no Brasil existe? São Paulo: Loyola, 2000.
WALDMAN, Maurício; SERRANO, Carlos. Memória D'África. A temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2007.

Disciplina: História e Cultura Indígena

Ementa: História Indígena. Relações de poder, protagonismo político e participação indígena. Relações interétnicas. Direitos dos Povos Indígenas na América Latina. Movimentos Indigenistas contemporâneos.

Bibliografia Obrigatória:

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras - Secretaria Municipal da Cultura - Fapesp, 1992.
DÍAZ-POLANCO, Hector. Autonomía Regional. La autodeterminación de los pueblos indios. México: Siglo Veintiuno Editores, 1996.
SANTOS, Sílvio Coelho (Org.). Sociedades Indígenas e o Direito. Uma questão de Direitos Humanos. (Ensaio). Florianópolis: Edufsc- CNPq, 1985.

Bibliografia Complementar:

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. Procesos Interculturales. Antropología Política Del Pluralismo Cultural en América Latina. México: Siglo Veintiuno Editores, 2005.
OLIVEIRA FILHO, João Pacheco (Org.). Sociedades Indígenas e Indigenismo. RJ: UFRJ/Editora Marco Zero, 1987.

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Disciplina: Povos Indígenas em Perspectiva Transdisciplinar

Ementa: Histórias indígenas e história da colonização. Povos indígenas em perspectiva jurídica: direitos humanos, direito internacional e direito constitucional comparado. Povos indígenas em perspectiva antropológica: cultura, etnia, territorialidade. O valor da sociodiversidade. Povos indígenas em perspectiva política: desenvolvimento, democracia, exclusão, pobreza. Pós-colonialismo, colonialidade, descolonialidade. Colonialismo interno, colonialismo avançado, anti-colonialismo. Situação colonial. Povos indígenas na contemporaneidade. Os casos do Brasil e do Mato Grosso do Sul.

Bibliografia Obrigatória:

CUNHA, Manuela Carneiro da. Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A presença indígena na formação do Brasil. Brasília, DF: MEC, 2006.
SANTOS, Boaventura de Sousa. Reconhecer para libertar: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO, Ana Valéria. Povos indígenas e a Lei dos “Branços”: o direito à diferença. Brasília, DF: MEC, 2006.
LUCIANO, Gersem dos Santos. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC. SECAD, 2006.
SALZANO, Francisco; CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos índios no Brasil. São Paulo, SP: Fapesp, 2009.
SOUZA FILHO, Carlos Marés de. O renascer dos povos indígenas para o direito. Curitiba: Juruá, 2010.
CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA. Situação dos detentos indígenas do Estado de 74 Mato Grosso do Sul. Brasília: CTI, 2008.

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Disciplina: Raça e Relações Internacionais

Ementa: Teorias críticas do Sul Global, abordagens (anti) Pós e Decoloniais e a Descolonização das Relações Internacionais. Raça e Relações Internacionais. Colonialidades e as hierarquias no Direito Internacional e nas Relações Internacionais. Interseccionalidades de raça, gênero, classe e sexualidades. A(s) África(s) e as Relações Internacionais. Os “olhos azuis do Itamaraty” e a política externa brasileira. Pensamento afro-diaspórico, Arte e Resistências negras no sistema internacional. Reparações no Direito Internacional em decorrência da colonização e da escravidão. Diáspora negra e Migrações contemporâneas. Práticas decoloniais transnacionais: agências e insurgências africanas e afro diaspóricas.

Bibliografia Obrigatória:

ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie (Ed.). Race and Racism in International Relations. Londres, 2017.
BISCHOFF, P.; KWESI, A; ACHARYA, A. Africa in Global International Relations: emerging approaches to theory and practice. London: Routledge, 2016.
BARBOSA, Muryatan. Pan-africanismo e Relações Internacionais: uma herança (quase) esquecida. Revista Carta Internacional, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, 2016, p.144-162.
SILVA, Karine de Souza; PEROTTO, Luiza L. N. A Zona do Não-Ser do Direito Internacional: Os Povos Negros e a Revolução Haitiana. Direito E Justiça: Reflexões Sociojurídicas, v. 18, p. 125-153, 2018.
SILVA, Karine de Souza; BODENMULLER, Gustavo H. S. Eurocentrismo, hierarquias e colonialidade nas Relações Internacionais: ?A paz que eu não quero conservar? In: SALATINI, Rafael; DIAS, Laércio Fidelis. (Org.). Reflexões sobre a paz: Paz e tolerância. 1ed.Marília, São Paulo: UNESP/ Oficina Universitária/Cultura Acadêmica, 2018, v. 2, p. 55-76.
SILVA, Karine, BOFF, Ricardo B. ‘Nós, os povos das Nações Unidas’: do eurocentrismo excludente à pluriversalidade da ONU. In: SCHMITZ, Guilherme; ROCHA, Rafael A. (Org.). Brasil e o Sistema das Nações Unidas: desafios e oportunidades na governança global. 1ed.Brasília: IPEA, 2017, p. 230-260.

Bibliografia Complementar:

ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie. Race and racism in International Relations: Confronting the global colour line. Londres: College London, 2017.
ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie. Race and racism in International Relations: Confronting the global colour line. Londres: College London, 2017.
ANGHIE, Antony. Imperialism, Sovereignty and the Making of International Law. New York: Cambridge University Press, 2008.
HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003
HENDERSON, Errol A. Hidden in plain sight: Racism in international relations theory. In: ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie (Ed.). Race and Racism in International Relations. Londres, 2017. p. 19-40.
GILROY, Paul. “Race ends here”. Abingdon, Oxford: Ethnic and Racial Studies, vol. XXI, n° 5, p. 838-47.
GILROY, Paul. O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro Asiáticos, 2001.
MARQUESE, R. B. ; PARRON, Tâmis . Constitucionalismo atlântico e ideologia da escravidão: a experiência de Cádiz em perspectiva comparada. Bulletin for Spanish and Portuguese Historical Studies, v. 37, p. 1-20, 2013.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Disciplina: Política de Gênero, Raça e Relações Internacionais

Ementa: Principais correntes conceituais da problemática do gênero e raça em sua dimensão internacional; Ordem internacional, racismo e poder político; Gênero e violência no contexto internacional.

Bibliografia Obrigatória:

ARENDRT, H. Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
CHARLESWORTH, H. Direitos Humanos da mulher: perspectivas nacionais e internacionais. Buenos Aires: Profamili, 2006.
COSTA, E. O gênero no direito internacional: discriminação, violência e proteção. Belém: Paka-Tatu, 2014.
SARMENTO, D.; IKAWA, D.; PIOVESAN, F. (coords.). Igualdade, Diferença e Direitos Humanos. 2. ed. São Paulo: Lumen Juris, 2008.
VARGAS, J. Never Meant to Survive: Genocide and Utopias in Black Diaspora Communities. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2008.

Bibliografia Complementar:

FLAUZINA, A. L. P. As fronteiras raciais do genocídio. Revista de Direito da Universidade de Brasília, v. 1, n.1, jan-jun. 2014.
MOURA, T.; GARRAIO, J.; ROQUE, S. Mulheres e guerras: representações e estratégias. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 96, 2012.
NASSER, R. M. (org.). Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
PATEMAN, C. O contrato sexual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
STEVENS, C. (org.). Maternidade e feminismo: diálogos interdisciplinares. Florianópolis: Editora Mulheres/ Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007

Disciplina: Imigração, Raça, Etnicidade e Relações Internacionais

Ementa: Políticas imigrantistas comparadas. O papel da raça e da etnicidade na produção social dos imigrantes. Políticas públicas para imigrantes e refugiados. Tendências dos fluxos migratórios: América Latina e África.

Bibliografia Obrigatória:

FAUSTO, B. (org.). Fazer a América. São Paulo: EdUSP, 2000.
SALES, T.; SALLES, M. do R. Políticas Migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior. São Carlos: Sumaré/ EdUFSCAR/ Fapesp, 2002.
POUTIGNAT, P. Teorias da etnicidade: grupos étnicos e suas fronteiras. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
SAYAD, A. A imigração. São Paulo: EdUSP, 1998.
LESSER, J. A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

Bibliografia Complementar:

ANDREWS, G. Negros e brancos em São Paulo (1888-1988). Bauru: EdUSC, 1998.
AZEVEDO, C. Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites. Brasil, Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
BOUCAULT, C. E.; MALATIAN, T. (orgs.). Políticas imigratórias: fronteiras dos direitos humanos no século XXI. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
MARQUES, V. R. B. M. A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas: Editora Unicamp, 1994.
MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (orgs.). Raça, ciência e sociedade no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

Disciplina: Tópicos Avançados em Políticas Raciais Comparadas

Ementa: Racismos e antirracismos comparados. Mobilização política étnica e racial no mundo contemporâneo. Mudanças constitucionais e políticas multiculturalistas. Ação Afirmativa e políticas públicas racializadas. Teoria dos movimentos negros e dos movimentos sociais.

Bibliografia Obrigatória:

CUNHA, O. Depois da Festa: movimentos negros e “políticas de identidade” no Brasil. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (orgs.) Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: novas leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
GUIMARÃES, A. S. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo/ Editora 34, 1999.
HANCHARD, M. Orfeu e o poder: movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988). Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2001.
POUTIGNAT, P.; FENART, J. S. Teorias da Etnicidade. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
SANTOS, M. A. Políticas raciais comparadas: movimentos negros e Estado no Brasil e Colômbia (1991-2006). Tese (Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro: IESP/UERJ, 2012.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, C. M. M. Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites – século XIX. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

ESCOBAR, A. (orgs.) Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: novas leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

GUIMARÃES, A. Classes sociais, raças e democracia. São Paulo: Editora 34, 2002.

GRUESO, L.; ROSERO, C.; ESCOBAR, A. O Processo de organização da comunidade negra na costa meridional do pacífico da Colômbia. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; HANCHARD, M; CHUNG, E. From Race Relations to Comparative racial politics: a survey of cross-national scholarship on race in the social sciences. Du Bois Review, n. 1, v. 2, p. 319-343, sep. 2004.

LESSER, J. A negociação da identidade nacional. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

SANTOS, Marcio André. Formação racial, nação e mestiçagem na Colômbia. In.: Rev. hist. comp., Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 36-58, 2014.

Disciplina: Sociedades, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos

Ementa: Temporalidades do processo colonial nos países de língua portuguesa (práticas, trocas e conflitos culturais – ocupações e resistências). Movimento Pan-africanista, Negritude; Relações étnico-raciais e racismo; Movimento Negro e Indígena no Brasil e as políticas de ação afirmativa. Gênero, sexualidade. Movimentos Feministas e LGBTT. Tolerância religiosa. Direitos Humanos. Diferenças e Desigualdades. Cultura afro-brasileira.

Bibliografia Obrigatória:

CARNEIRO, Sueli. Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.

EDEM KODJO E DAVID CHANAIWA. Pan-africanismo e libertação(Cap.25). In: História geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília: UNESCO, 2010.

KI-ZERBO, Joseph. et al. Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Construção da nação e evolução dos valores políticos. In: História geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília : UNESCO, 2010. Cap. 16.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 10ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil. 5ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Bibliografia complementar:

CABRAL, Amílcar. O papel da cultura na luta pela independência. A Arma da Teoria. Unidade e Luta I. Lisboa: Seara Nova, 1978. 2ª ed.

DAMATTA, Roberto. “Digressão a Fábula das três raças, ou problema do racismo à brasileira”. In: _____. Relativizando. Uma introdução à Antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. pp.58-85.

MARCONDES, Mariana (org.). Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013. 160 p.

MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SUÁREZ, Mireya. Desconstrução das Categorias “Mulher” e “Negro”. Brasília, Série Antropologia, nº 133, 1992.

Disciplina: Educação, Sociedade e Cultura na perspectiva da descolonização do saber

Ementa: Estudo crítico dos fundamentos da educação como prática social. Educação como meio de preservação e controle social. Dimensão política, cultural e socioespacial da educação. Colonialismo, colonialidade e educação como modo de aculturação. Educação e movimentos sociais: perspectivas de descolonização do saber. Discursos, perspectivas e práticas descolonizadoras. Pluriversalidade, diferença e educação antirracismo: desafios curriculares na perspectiva africana e afro-brasileira.

Bibliografia Obrigatória:

APPLE, Michael W. Políticas culturais e educação. Porto: Porto Editora, 1999.

CANDAUI, Vera Maria. (Org.). Sociedade, educação e cultura(s): colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

DURKHEIM, Emile. Educação e Sociologia, São Paulo: Editora Hedra, 2010.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. O jogo das diferenças - O Multiculturalismo e seus contextos. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

MAZRUI, Ali A. O Horizonte 2000 - A educação colonial: a libertação sem o desenvolvimento. In: História Geral da África VIII. África desde 1935. Editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji Brasília: UNESCO, 2010.

Bibliografia Complementar

- BHABHA, Homi K. O local da cultura. Minas Gerais: Ed. da UFMG, 2001.
- DAYRELL, Juarez (Org.). Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1996.
- FREIRE, Paulo e GUIMARÃES, Sérgio. A África ensinando a gente. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- HALL, Stuart. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik; Adelaine La Guardia Resende et al. (trad.) Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo. São Paulo: Cortez, 2006.
- SODRÉ, Muniz. Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes. Petrópolis: Vozes, 2012.
- MCLAREN, Peter. Multiculturalismo crítico. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Disciplina: Pan Africanismo e Política Internacional

Ementa: Escravidão, racismo e colonialismo como questões da agenda política internacional. Surgimento do pan-africanismo nas Américas e sua expansão para a África. Congressos panafricanistas. Negritude. Afrocentricidades. Movimentos pan-africanistas. Lutas africanas de libertação. Da OUA para UA. África e diásporas africanas e suas agendas atuais. Agenda de UA 2063.

Bibliografia Obrigatória:

- ASANTE, S. K. B; CHANAIWA, D. Pan-africanismo e Integração Regional. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (ed.). História geral da África, vol. VIII: África desde 1935. Brasília: Unesco, 2010, 874-896.
- KODKJO, E.; CHANAIWA, D. Pan-africanismo e libertação. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (ed.). História geral da África, vol. VIII: África desde 1935. Brasília: Unesco, 2010, p. 897-923.
- LE MOUVEMENT PANAFRICANISTE AU XXe SIÈCLE. Contribution à la Conférence des intellectuels d'Afrique et de la Diaspora (CIAD I) organisée par l'Union africaine en partenariat avec le Sénégal. Dakar, 7-9 oct. 2004.
- MOORE, C. W. Abdias Nascimento e o surgimento de um pan-africanismo contemporâneo global. Salvador, 2000.
- MUNANGA, K. Negritude: usos e sentidos. 2. ed. São Paulo, Ática, 1988.

Bibliografia Complementar:

- APPIAH, K. A. Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- KASSAMA, M. (dir.). L'Afrique répond à Sarkozy: contre le discours de Dakar. Paris: Phillipe Rey, 2008.
- MAZRUI, A. A. Introdução. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (ed.). História geral da África, vol. VIII: África desde 1935. Brasília: Unesco, 2010, p. 1-29.
- M'BOKOLO, E. Os caminhos da emancipação. In: M'BOKOLO, E. África negra: história e civilizações. Tomo II: Do século XIX até nossos dias. Salvador: UFBA/ São Paulo: Casa das Áfricas, 2011, p. 523-626.
- MONGA, C. Nihilismo e negritude. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Referências Bibliográficas

ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie. **Race and Racism in International Relations**. Londres, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, MEC/CNE, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Relações Internacionais**. MEC/CNE/CES, 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2017-pdf/73651-rces004-17-pdf/file>>.

_____. **Projeto Político Pedagógico - Introdução**. ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ PAULO MARCELO MARTINS RODRIGUES. Fortaleza: Escola de Saúde Pública do Ceará, 2020. Disponível em: <<https://ppp.esp.ce.gov.br/introducao/>>.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03**. Portal Geledés, 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/educacao-relacoes-etnico-raciais-e-a-lei-1063903/>>.

GOMES, Nilma Lino e RODRIGUES, Tatiane Cosentino. **Resistência Democrática: A Questão Racial e**

a **Constituição Federal de 1988**. Educação & Sociedade, v. 39, n. 145, pp. 928-945, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Niterói: EDUFF, 2000.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

_____. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

PAIXÃO, Mayara. **O Movimento Negro e a Constituição de 1988: Uma Revolução em Andamento**. Brasil de Fato, 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/especiais/o-movimento-negro-e-a-constituicao-de-1988-uma-revolucao-em-andamento>>.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **O mundo negro. Relações Raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro, Pallas/Faperj, 2013.

SANTOS, Natália Neris da Silva. **A voz e a palavra do Movimento Negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos**. Dissertação (mestrado) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2015. Disponível em:<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13699/Disserta%3%a7%3%a3o_Nat%3%a1lia%20Neris.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Projeto Político Pedagógico/Currículo dos Curso de RI

FURG. **Currículo Curso de Relações Internacionais - Programa das Disciplinas**. Rio Grande - RS, 2021. Disponível em: <<https://ri.furg.br/qs/programa-das-disciplinas>>.

UEPA. **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**. Belém - PA, 2016. Disponível em: <<https://paginas.uepa.br/prograd/index.php/downloads/ppc/ccnt/259-ppc-relacoes-internacionais-vf/download.html>>.

UEPB. **PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO RELAÇÕES INTERNACIONAIS - BACHARELADO - Campus V**. João Pessoa - PB, 2016. Disponível em: <<http://proreitorias.uepb.edu.br/prograd/download/0123-2016-PPC-Campus-V-CCBSA-Relacoes-Internacionais-ANEXO.pdf>>.

UERJ. **Ementário de Relações Internacionais**. Rio de Janeiro - RJ, 2021. Disponível em: <http://www.ementario.uerj.br/cursos/relacoes_internacionais.html>.

UFABC. **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**. Santo André/São Bernardo do Campo - SP, 2015. Disponível em: <https://prograd.ufabc.edu.br/doc/pp_bach_relacoes_internacionais.pdf>.

UFF. **Disciplinas e a matriz curricular**. Niterói - RJ, 2021. Disponível em: <<http://www.uff.br/?q=curso/relacoes-internacionais/108648/bacharelado/niteroi>>.

UFG. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Relações Internacionais**. Goiânia - GO, 2013. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/106/o/Resolucao_CEPEC_2015_1384_RI_%281%29.pdf>.

UFGD. **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**. Dourados - MS, 2017. Disponível em: <<https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/COGRAD/PPC%20Rela%C3%A7%C3%B5es%20Internacionais%202017.pdf>>.

UFMG. **Relações Econômicas Internacionais - Bacharelado//Formação Livre - Estrutura Curricular**. Belo Horizonte - MG, 2021. <<https://ufmg.br/cursos/graduacao/2357/91066>>.

UFPB. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS. João Pessoa - PB, 2011. Disponível em: <<http://www.ccsa.ufpb.br/ccri/contents/documentos/curso/projeto-pedagogico-do-curso.pdf>>

UFPEL. PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Pelotas - RS, 2020. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ri/files/2020/12/PPC-RI-2020-_ABRIL.pdf>.

UFRGS. Currículo Curso de Relações Internacionais - Programa das Disciplinas. Porto Alegre - RS, 2021. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=357>.

UFRJ. Curso de Graduação em Relações Internacionais. Rio de Janeiro - RJ, 2021. Disponível em: <<https://siga.ufrj.br/sira/temas/zire/frameConsultas.jsp?mainPage=/repositorio-curriculo/D359E60A-92A4-F799-5FBF-C2EB6FF9E918.html>>.

UFRR. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Boa Vista - RR, 2015. Disponível em: <<http://ufrr.br/relacoesinternacionais/index.php/component/phocadownload/category/9-ppc>>.

UFRRJ. Curso Bacharelado em Relações Internacionais. Seropédica - RJ, 2013. Disponível em: <<http://cursos.ufrrj.br/grad/ri/files/2015/03/PPC-curso-RI-UFRRJ.pdf>>.

UFS. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Relações Internacionais, bacharelado. São Cristóvão - SE, 2011. Disponível em: <<https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/verProducao?idProducao=127727&key=6050c5e05372d70e538db36464608dc1>>.

UFSC. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. CURRÍCULO DO CURSO. Florianópolis - SC, 2021. Disponível em: <<https://cursori.paginas.ufsc.br/files/2017/04/Projeto-Pedag%C3%B3gico-RI-2009-oficial.pdf>> <<http://cagr.sistemas.ufsc.br/relatorios/curriculoCurso?curso=340>>.

UFSM. PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Santa Maria - RS, 2018. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/474/2021/01/PPC-RI-COMPLETO.pdf>>.

UFT. Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Relações Internacionais (Campus de Porto Nacional). Palmas - TO, 2014. Disponível em: <<https://docs.uft.edu.br/share/s/IFHSgWvuTSiH2suJE4QxFg>>.

UFU. PROJETO PEDAGÓGICO Curso de Graduação – Bacharelado em Relações Internacionais. Uberlândia - MG, 2008. Disponível em: <http://www.ieri.ufu.br/system/files/conteudo/ri_projeto_pedagogico.pdf>.

UnB. Projeto Pedagógico do Bacharelado em Relações Internacionais. Brasília - DF, 2004. Disponível em: <<https://irelunb.files.wordpress.com/2019/01/projeto-pedag%C3%93gico-de-rela%C3%87%C3%95es-internacionais-1.pdf>>.

UNESP. PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Marília - SP, 2018. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Graduacao/RelacoesInternac/ppp_riatual.pdf><<https://www.franca.unesp.br/Home/Graduacao37/2a-rin-2018.pdf>>.

UNIFAP. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Macapá - AP, 2013. Disponível em: <<https://www2.unifap.br/relacoesinternacionais/files/2013/12/PPC-RI.pdf>>.

UNIFESP. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Osasco - SP, 2013. Disponível em: <https://www.unifesp.br/campus/osa2/images/PDF/PPC_Relacoes_Internacionais_dez_2013.pdf>.

UNILA. PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO. Foz do Iguaçu - PR, 2013. Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/graduacao/relacoes-internacionais/ppc>>.

UNILAB. **PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS – BACHARELADO**. São Francisco do Conde - BA 2017. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2018/07/PPC-Rela%C3%A7%C3%B5es-Internacionais-Terceira-Vers%C3%A3o-17-FEV-2017.pdf>>.

UNIPAMPA. **RELAÇÕES INTERNACIONAIS - PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO**. Santana do Livramento - RS, 2019. Disponível em: <http://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/131/10/PPC_Rel%C3%A7%C3%B5es%20Internacionais_revisado_maio2019.pdf>.

USP. **PROJETO PEDAGÓGICO BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**. São Paulo - SP, 2019. Disponível em: <http://143.107.26.205/documentos/Projeto_Pedagogico_IRI_2019.pdf>.